



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CSF

SENHOR PRESIDENTE,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital .

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Caio Paes de Andrade, Presidente do SERPRO;
- o Senhor Jackson Venâncio Barros, Diretor DATASUS;
- o Senhor Gustavo Canuto, Presidente DATAPREV;
- o Senhor Ítalo Nogueira, Presidente da ASSESPRO NACIONAL;
- o Senhor Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo BRASCOM;
- o Senhor Edmar Araújo, Presidente da ABES.

JUSTIFICAÇÃO

No que diz respeito ao desenvolvimento de tecnológicas da informação e comunicação (TICs), as quais possuem a capacidade de criar uma ponte entre a sociedade e seus cidadãos com o poder público ao facilitar o acesso às informações e aos serviços públicos, a formação da vontade governamental pode ser interativa e de forma colaborativa em espaços virtuais com a sociedade brasileira. Para isso, métodos estratégicos de e-democracia e de e-governo se fazem necessários para



que os cidadãos possam ser mais inseridos em ações e processos decisivos no plano político e social do país.

Com isso, há um crescente aumento de ferramentas e ambientes virtuais que proporcionam o acesso aos serviços públicos e à cooperação democrática entre povo e governo, o que é, pela ótica da cidadania, vantajoso. Por outro lado, a desigualdade ao acesso à internet se torna fator seletivo na sociedade ao excluir parte da população que não possuem tal acessibilidade. Dessa forma, a falta de equidade nessa área se destaca quando o governo digital se amplia.

Sendo assim, se faz presente a necessidade de criar políticas públicas para diminuir o contraste social causado pela desigualdade de acesso às TCIs, propiciando o seu acesso. Consequentemente, o uso dessas tecnologias requer também o desenvolvimento de meios educativos que possam habilitar o indivíduo para a utilização.

Portanto, pelos motivos citados acima, para discutir o assunto e suas possíveis soluções, solicito essa audiência pública.

No que diz respeito ao desenvolvimento de tecnológicas da informação e comunicação (TICs), as quais possuem a capacidade de criar uma ponte entre a sociedade e seus cidadãos com o poder público ao facilitar o acesso às informações e aos serviços públicos, a formação da vontade governamental pode ser interativa e de forma colaborativa em espaços virtuais com a sociedade brasileira. Para isso, métodos estratégicos de e-democracia e de e-governo se fazem necessários para que os cidadãos possam ser mais inseridos em ações e processos decisivos no plano político e social do país.

Com isso, há um crescente aumento de ferramentas e ambientes virtuais que proporcionam o acesso aos serviços públicos e à cooperação democrática entre povo e governo, o que é, pela ótica da cidadania, vantajoso. Por outro lado, a desigualdade ao acesso à internet se torna fator seletivo na sociedade

ao excluir parte da população que não possuem tal acessibilidade. Dessa forma, a falta de equidade nessa área se destaca quando o governo digital se amplia.

Sendo assim, se faz presente a necessidade de criar políticas públicas para diminuir o contraste social causado pela desigualdade de acesso às TCIs, propiciando o seu acesso. Consequentemente, o uso dessas tecnologias requer também o desenvolvimento de meios educativos que possam habilitar o indivíduo para a utilização.

Portanto, pelos motivos citados acima, para discutir o assunto e suas possíveis soluções, solicito essa audiência pública

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

